Direcção Geral de Saúde

Repartição de Saúde

Portaria n.º 5:212

Nos termos do § único do artigo 3.º do decreto n.º 14:804, de 23 de Dezembro último: manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Interior, regulamentar que ao segundo official do quadro administrativo da sanidade marítima do porto de Lisboa que desempenhar o cargo de conservador do Posto Marítimo de Desinfecção de Lisboa competem, além das funções do seu lugar, as seguintes atribuições;

a) Inventariar todo o material dos Serviços Sanitários do porto de Lisboa;

b) Promover que o mesmo material se ache convenientemente acautelado e em lugar adequado para que de pronto possa ser utilizado;

c) Apresentar ao inspector-chefe as requisições para aquisição de material;

d) Apresentar ao mesmo inspector propostas para as necessárias reparações, tanto de artigos de material como no edificio do Posto Marítimo de Desinfecção;

e) Promover que todas as dependências do Posto Marítimo de Desinfecção e suas ruas se encontrem, sempre, em completo estado de asseio;

f) Coordenar os arquivos de forma a que prontamente se encontrem quaisquer processos ou documentos;

g) Providenciar para que sejam prestados os transportes aos doentes que disso careçam, com prontidão e comodidade, até o ponto de destino na cidade;

h) Solicitar ao inspector-chefe os meios necessários para dar cumprimento aos seus encargos.

Paços do Governo da República, 14 de Fevereiro de 1928.—O Ministro do Interior, *José Vicente de Freitas*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral

Decreto n.º 15:036

Considerando que, sobre reclamações várias, foi ordenada uma sindicância ao Tribunal de Arbitros Avindores de Lisboa, e que ainda não foram presentes o respectivo relatório e conclusões;

Considerando que a lei determina que o presidente e vice presidentes desse tribunal sejam nomeados anualmente, de entre os sete nomes eleitos pela Câmara Municipal;

Considerando que a Câmara Municipal inclui nesses sete nomes e de um a três o presidente e vice-presidentes cessantes;

Considerando que se a sindicância não apurar aos mesmos responsabilidades não podem ter outra reparação razoável senão a sua recondução e que seria impossível que agora se fizessem reparações sem ser com carácter transitório, e tendo em vista que há milhares de processos parados e variados e grandes interesses pendentes no dito tribunal sobre que urge providenciar;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:640, de 26 de Novembro de 1926, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Transitòriamente durante o ano de 1928, os lugares de presidente e vice-presidentes do Tribunal

de Arbitros Avindores de Lisboa serão desempenhados em comissão por magistrados judiciais adidos, os quais serão requisitados ao respectivo Ministério pelo Ministro das Finanças.

§ 1.º Os funcionários a que se refere este artigo continuam a receber os vencimentos que lhes competem na efectividade e serão pagos pelo Ministério da Justiça.

§ 2.º O compromisso de honra destes funcionários será prestado perante o presidente do Tribunal da Relação de Lisboa, no prazo máximo de oito dias a contar da data da sua nomeação.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 30 de Janeiro de 1928.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *José Vicente de Freitas* — *Manuel Rodrigues Junior* — *João José Sinel de Cordes* — *Abílio Augusto Valdês de Passos e Sousa* — *Agnelo Portela* — *António Maria de Bettencourt Rodrigues* — *Alfredo Augusto de Oliveira Machado e Costa* — *Artur Ivens Ferraz* — *José Alfredo Mendes de Magalhães* — *Felisberto Alves Pedrosa*.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Direcção Geral Militar

1.ª Repartição

1.ª Secção

Rectificação

No *Diário do Governo* n.º 36, 1.ª série, de 13 de Fevereiro de 1928, a p. 317, col. 1.ª, no decreto n.º 15:026, lin. 4.ª, onde se lê: «Combo», deve ler-se: «Zombo».

Direcção Geral Militar das Colónias, 14 de Fevereiro de 1928.—O Director Geral interino, *Narciso Segurado Achemann*, coronel de infantaria.

MINISTÉRIO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA

10.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 15:037

Tornando-se necessário, para cumprimento das disposições do decreto com força de lei n.º 14:594, de 19 de Novembro de 1927, na parte respeitante ao Serviço da Hora Legal, reforçar a dotação inscrita no capítulo 5.º, artigo 38.º, do orçamento da despesa do Ministério da Instrução Pública autorizado para o ano económico de 1927-1928;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, sob proposta do Ministro da Instrução Pública:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É aberto no Ministério das Finanças, a favor do Ministério da Instrução Pública, um crédito especial da quantia de 2.400\$, a fim de reforçar a verba consignada no capítulo 5.º, artigo 38.º, do orçamento da despesa do Ministério da Instrução Pública, autorizado